

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

(Processo Administrativo nº 2799/2025)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços locação de estrutura para realização da feira EXPOVIZINHOS/2025, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOCAÇÃO DE ESTRUTURA						
Item	Código do produto/ Serviço e CATSER	Nome do produto/serviço	Qtde	UN	Preço máximo	Preço máximo total
1	29835686 13099	LOCAÇÃO DE PAVILHÃO Em estrutura metálica 20x50 mt (unificado para eventos): estrutura metálica tipo treliça galvanizada modelo 02 águas, medindo 20x50 com pé direito 7,00m, cobertura tensionada e fechamentos em Q50, instalação elétrica com lâmpada de 500w, aterramento em geral, com fechamento nas laterais em lona vinílica com elevação, tablado de 10x8x0,70(CxLxA) em chapa naval formato de praticável, com escadas de acesso e forração em carpet preto. Dois camarins em chapa TS de 4x4 cada, com uma porta cada. EMPE	5	DIA	13.666,67	68.333,35
2	29835687 24376	LOCAÇÃO, MONTAGEM E OPERAÇÃO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E CENÁRIOS Contendo: sistema de P.A. com 24 caixas LINE ARRAY, e 16 CAIXAS GRAVE COM 2 FALANTES 18' CADA, a montagem deve atender ao pavilhão referente ao item 1, que deverá gerar 120DB sem distorções acerca de 35 metros, sistema deverá ter resposta o mais linear possível de 35 HZ á 18 KHZ, ou estrutura compatível para atender ao evento conforme a necessidade da organização. Obs: caso o espaço para o público ultrapasse a distância coberta pelo P.A. principal, deverá ser instalado um sistema de Delay, estéreo, com endereçamento independente, contendo a quantidade de caixas necessárias para a cobertura e estrutura de treliça para a sustentação das mesmas; sistema de Front Fill com endereçamento	5	DIA	8.491,94	42.459,70

		independente do P.A. é indispensável cobrindo toda a frente do palco, bom como dois retornos para Control Room e House Mix; os técnicos deverão ter total controle sobre o sistema e seus processamentos caso seja necessário um alinhamento de sistema; o sistema deverá estar aterrado e estabilizado; House Mix contendo uma Console de até 56 canais, multicabo de 48 Vias com Splinter de palco somente para vias de instrumentos, multicabo de 24 Vias para uso de sistema de retornos e P.A., multicabos de 12 Vias para sistema de iluminação, lâmpadas de emergência; Backline de palco contendo um console de até 56 canais, sistema de Side Estéreo com cobertura total do palco, 08 monitores amplificados para retorno, sistema de Power Play com no mínimo de 8 Vias, com seus respectivos cabos, 01 amplificador de Guitarra Fender TWIN Valvulado, 01 amplificados de Baixo Hartke 5.500 (ou superior, devendo ser apresentada especificação técnica de ambas para comparação) com duas caixas, 01 Kit de Bateria, contendo cada Kit, 03 estantes de pratos, estantes de caixa, ferragem completa e peles novas (bumbo 22', tons 10', 12' e surdos 14' e 16'), kit de microfones para bateria e instrumentos; kit de microfones sem fio 04 UR4D+BR base dupla com antenas RF, 04 microfones UR2 CAPSULA SM58, a disposição da organização, 20 pedestais de microfones altos e baixos, Direct Box passivos e ativos, 100 cabos de Sub Snakes de 12 vias com no mínimo 15 metros, 10 réguas de A/C estabilizados 127V e 10 réguas de A/C 220V, sistema de distribuição de energia com Rack Manpower com aterramento e compatível com a carga a ser utilizada, 02 técnicos de som para auxiliar durante todo o período; sistema de iluminação completa contendo: 48 Canhões de Led com no mínimo 32 Leds de 15W RGBWA; 48 Moving Head Beam 230 9R com 20 canais DMX, 12 Mini Brut de Led 4 lâmpadas Outdoor; 12 Elipsoidal de Led 300W com Faca e lres, 24 Fresnel de Led 300W com bando de recorte para luz geral branca, 12 Canhões Par 64 foco 5' com filtro nº 61 e Rack Dimer, 24 Strobos de Led DMX, 02 Canhões seguidores 5R com tripé com operador, 04 Rack de energia com 12 canais de 4000W para ser utilizado como Dimer e com sistema de rele para A/C Ambos Mix, mesa de iluminação digital Granma2 ou compatível, estrutura de treliça para o palco no tamanho de 16x10x07m com 4 linhas, sendo a estrutura aérea se necessário em Q50 e os pés em Q30, 150 cabos DMX com tamanhos de 3 a 10 metros para interligar todo o sistema, 08 distribuidores de DMX de 1x8, 02 geradores 260KWA, em funcionamento durante a passagem do som e apresentação, carga estimada de 10 horas cada. 02 técnicos de iluminação para auxiliar durante todo o período, desde a montagem até o final do evento. EMPE				
3	29835688 10306	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED, 50M² ,P3-2.9, de 1x1M, referente ao espaço do item 1 e/ou demais locais indicados pela CCO, Para transmissão ao vivo,	5	DIA	5.793,75	28.968,75

		com notebook e operador. Incluídos no custo as despesas com transporte, instalação e retirada dos equipamentos após o evento, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento, bem como custos com alimentação e estadia do operador. Incluídos no custo as despesas com transporte, instalação e retirada dos equipamentos após o evento, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento, bem como custos com alimentação e estadia do operador. Montagem definida pela comissão organizadora. EMPE				
4	29835689 22888	LOCAÇÃO DE PRATICÁVEIS: 40 PRATICAVEL 2x1m 40 PRATICAVEL 2x1m c/ pés telescópicos. Com regulagem de altura: sistema de ajuste de altura telescópico. Opções de regulagem de alturas: 40 à 60cm; 60 à 100cm. Alumínio. Plataforma: perfis extrudados especiais de 100mm de altura, pés: perfil quadrado 60x60mm; 1 travessa retangular de reforço (abaixo da madeira) de 2mm de espessura, tampo de compensado naval 25mm, antiderrapante, com trava. Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem. EMPE	5	DIA	1.484,50	7.422,50
5	29835690 20460	LOCAÇÃO DE CADEIRAS EM PLÁSTICO, 1000 (mil) unidades do item sem braço e resistente até 150 kg. cor: branca. Uso no espaço referente ao item 1. EMPE	5	DIA	1.805,00	9.025,00
6	29835691 20460	LOCAÇÃO DE MESAS PLÁSTICO RESISTENTE 250 unidades do item, para 4 (quatro) pessoas, tipo quadrada. cor: branca. Uso no espaço referente ao item 1. EMPE	5	DIA	791,67	3.958,35
7	29835692 22888	LOCAÇÃO DE GRADE DE CONTENÇÃO referente ao espaço de entrada do parque e/ou demais locais indicados pela CCO, 400 unidades do tipo Estrutura metálica para segurança medindo 2,00 de comprimento x 1,00 de altura metros cada peça. Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem. EMPE	5	DIA	2.400,00	12.000,00
8	29835693 13099	LOCAÇÃO DE PISO DE MADEIRA TIPO DECK, referente ao espaço do item 1 e/ou demais locais indicados pela CCO, 2000m² sendo: de piso nivelado, esteaqueado e estruturado em módulos de madeira tipo deck dividido em montagens a definir com a organização nos espaços da feira. Ampla Concorrência	5	DIA	21.016,00	105.080,00
9	29835694 454097	CLIMATIZADOR INDUSTRIAL MOVEI, 10 unidades de climatizador; referente ao espaço dos pavilhões e/ou demais locais indicados pela CCO, capacidade mínima de vazão de ar de 30.000 m³/h, ideal para grandes ambientes, operando por evaporação natural da água, sem emissão de névoa ou gotículas. O equipamento deve possuir baixo consumo energético, com média de 0,47?kWh, funcionar em tensão 220?V, ter reservatório de água com capacidade mínima de 75 litros, estrutura portátil com rodízios, três velocidades de ventilação e painel de controle digital com controle remoto, E DOIS MOTORES individuais. Deve contar com grade de proteção com filtro removível, motores	5	DIA	4.872,50	24.362,50

		em alumínio de acionamento independente e ajuste eletrônico da direção do ar (sistema Swing). EMPE				
10	29835695 454097	CLIMATIZADOR INDUSTRIAL, 15 unidades de climatizador; referente ao espaço do item 1 e/ou demais locais indicados pela CCO, climatizador evaporativo portátil com vazão mínima de 44.000?m³/h, equipado com hélice de maior desempenho para ambientes amplos. O dispositivo opera por evaporação natural da água, sem emissão de névoa ou gotículas, e proporciona redução de temperatura do ambiente. O equipamento deve apresentar baixo consumo energético, de aproximadamente 1,53?kWh, funcionar em tensão de 220?V (ou 110?V conforme configuração), ter reservatório de água com capacidade adequada (mínimo estimado em 75?L ou conforme fabricante), estrutura portátil com rodízios para fácil movimentação, três velocidades de ventilação e painel digital de controle com controle remoto. Deve contar com grade de proteção com ajuste eletrônico tipo Swing, motor em alumínio de acionamento independente e filtro removível para manutenção. EMPE	5	DIA	10.749,50	53.747,50
11	29835696 13099	MONTAGEM DE STAND EXTERNO COM MOBILIÁRIO Descritivo Básico do Stand: Montagem de stand externo da CCO - Comissão Central Organizadora, totalizando 200,00m². Paredes de chapas de ts com perfil de alumínio e paredes de vidro cristal 4mm no baguete. Piso tipo deck com rampas de acesso. Forro cinza sobre pergolado metálico h=2,70. Testeiras: testeira de ts adesivada em vinil em cor. Elétrica: 12 refletores de led, 16 tomadas simples (distribuída), lâmpadas fluorescentes (iluminação interno). Comunicação visual: até 20 logomarcas em vinil aplicado sobre ts. Parapeito de madeira conforme lay out. 04 extintores abc. Recepção 4,00x4,00. 01 aparelho de ar condicionado. 02 módulos de sofá. 01 mesa de canto. Escritório 01 4,00X3,00 01 aparelho de ar condicionado. Escritório 02 4,00X3,00 01 aparelho de ar condicionado Sala Imprensa 4,00x5,00. 01 aparelho ar condicionado. 04 mesas de escritório com cadeiras. Sala de Reuniões 6,00x4,00 01 mesa de 3,00x0,80 (aproximadamente) com 12 cadeiras. 01 aparelho de Ar condicionado. Sala de coordenação de 4,00x4,00 01 aparelho de Ar Condicionado. 01 mesa de escritório com cadeira. Depósito 3,00x2,00.	5	DIA	9.664,50	48.322,50

		03 prateleiras 3 níveis. Cozinha 3,00x2,00. 01 balcão. 01 geladeira. Varanda 2,00x10,00 EMPE				
12	29835697 13099	MONTAGEM DE STAND EXTERNO Descritivo Básico do Stand Governamental: Montagem de stand externo totalizando 300,00m². Paredes de chapas de ts com perfil de alumínio e paredes de vidro cristal 4mm no baguete. Piso tipo deck com rampas de acesso. Forro cinza sobre pergolado metálico h=2,70. Testeiras: testeira de ts adesivada em vinil em cor. Elétrica: 12 refletores de led, 16 tomadas simples (distribuída), lâmpadas fluorescentes (iluminação interno). 8 ar- condicionados de no mínimo 12000 btus. Comunicação visual: até 20 logomarcas em vinil aplicado sobre ts. EMPE	5	DIA	15.433,33	77.166,65
13	29835698 13099	LOCAÇÃO MONTAGEM STANDS BASICA 526,00 M² PAVILHÃO 1 01 MONTAGEM STANDS BASICA, PAREDES OCTANORME: composta de painéis de chapa de TS branco brilhante estruturada; com travessas e montante de alumínio com altura 2,20m. ELETRICA: 03 (und) spots para iluminação a cada 9 m², 01 (und) tomada simples 10a por stand. FORRAÇÃO COR GRAFITE: aplicada sobre piso do pavilhão na área do stand. COMUNICAÇÃO STANDS: 01 (und) placa de básico por área com nome do expositor. 540,00M² passareira vermelha (para corredores). 414 M² PAVILHÃO 2 01 MONTAGEM STANDS BASICA, PAREDES OCTANORME: composta de painéis de chapa de TS branco brilhante estruturada com travessas e montante de alumínio com altura 2,20m. ELETRICA: 03 (und) spots para iluminação a cada 9 m², 01 (und) tomada simples 10a por stand. FORRAÇÃO COR GRAFITE: aplicada sobre piso do pavilhão na área do stand. COMUNICAÇÃO STANDS: 01 (und) placa de básico por área com nome do expositor. 440,00M² passareira vermelha (para corredores) 374 M² PAVILHÃO 3 01 MONTAGEM STANDS BASICA, PAREDES OCTANORME: composta de painéis de chapa de TS branco brilhante estruturada. Com travessas e montante de alumínio com altura 2,20m. ELETRICA: 03 (und) spots para iluminação a cada 9 m², 01 (und) tomada simples 10a por stand. FORRAÇÃO COR GRAFITE: aplicada sobre piso do pavilhão na área do stand. COMUNICAÇÃO STANDS: 01 (und) placa de básico por área com nome do expositor. 240,00M² passareira vermelha (para corredores) 200 M² extras alocados para departamentos da administração e órgãos governamentais participantes. 01 MONTAGEM STANDS BASICA. PAREDES OCTANORME: composta de painéis de chapa de TS branco brilhante estruturada. Com	5	DIA	7.708,65	38.543,25

		travessas e montante de alumínio com altura 2,20m. ELETRICA: 03 (und) spots para iluminação a cada 9 m², 01 (und) tomada simples 10a por stand. FORRAÇÃO COR GRAFITE: aplicada sobre piso do pavilhão na área do stand. COMUNICAÇÃO STANDS: 01 (und) placa de básico por área com nome do expositor. TOTAL METRAGEM DOS STANDS 1514 M² (em média, os valores podem variar durante avaliação e montagem) TOTAL DE PASSADEIRA NOS CORREDORES 1220 M² (em média, os valores podem variar durante avaliação e montagem) EMPE				
14	29835699 21164	LOCAÇÃO DE TENDA, POLIETILENO E ALUMINIO, TIPO PIRÂMIDE TAMANHO 5X5M, 34 unidades, Tenda piramidal 5x5 profissional; cobertura lona branca, estrutura em ferro galvanizado; lona anti chamas; altura pé direito 5,00mt; estrutura em ferro 40x40 galvanizado e sistema elétrico instalado, para min 1(uma) lâmpadas e 2 (duas) tomadas; Piso tipo deck e fechamento em chapa TS 4,00x4,00, a parte de frente no formato balcão, Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem. EMPE	5	DIA	5.492,00	27.460,00
15	29835700 21164	LOCAÇÃO DE TENDA, POLIETILENO E ALUMINIO, TIPO PIRÂMIDE TAMANHO 3X3M, 8 unidades, Tenda piramidal 3x3 profissional; cobertura lona branca, estrutura em ferro galvanizado; lona anti chamas; altura pé direito 4,00mt; estrutura em ferro 40x40 galvanizado e sistema elétrico instalado, para min 1(uma) lâmpadas e 2 (duas) tomadas; Piso tipo deck e fechamento em chapa TS 4,00x4,00, a parte de frente no formato balcão, Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem. EMPE	5	DIA	1.146,00	5.730,00
16	29835701 21164	LOCAÇÃO DE TENDA, POLIETILENO E ALUMINIO, TIPO PIRÂMIDE TAMANHO 10X5M, 2 unidades, Tenda piramidal 10x5 profissional; cobertura lona branca, estrutura em ferro galvanizado; lona anti chamas; altura pé direito 4,00mt; estrutura em ferro 40x40 galvanizado e sistema elétrico instalado, para min 1(uma) lâmpadas e 2 (duas) tomadas; Piso tipo deck e fechamento em chapa TS 6,00x4,50, a parte de frente no formato balcão, Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem. EMPE	5	DIA	1.098,67	5.493,35
17	29835702 21164	LOCAÇÃO DE TENDA, POLIETILENO E ALUMINIO, TIPO PIRÂMIDE TAMANHO 10X10M 10 unidades, Tenda piramidal 10x10 profissional; cobertura lona branca, estrutura em ferro galvanizado; lona anti chamas; altura pé direito 4,00mt; estrutura em ferro 40x40 galvanizado e sistema elétrico instalado, para min 2(duas) lâmpadas e 3 (três) tomadas; Inclusos despesas com transporte até o local do evento,	5	DIA	7.066,00	35.330,00

		instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem. EMPE				
18	29835703 21164	LOCAÇÃO DE TENDA, POLIETILENO E ALUMINIO, TIPO PIRÂMIDE TAMANHO 5X5M, 10 unidades, Tenda piramidal 5x5 profissional; cobertura lona branca, estrutura em ferro galvanizado; lona anti chamas; altura pé direito 4,00mt; estrutura em ferro 40x40 galvanizado e sistema elétrico instalado, para min 1(uma) lâmpadas e 2 (duas) tomadas; Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem. EMPE	5	DIA	1.766,67	8.833,35
19	29835704 21164	LOCAÇÃO DE TENDA, POLIETILENO E ALUMINIO, TIPO PIRÂMIDE TAMANHO 3X3M, 5 unidades, Tenda piramidal 3x3 profissional; cobertura lona branca, estrutura em ferro galvanizado; lona anti chamas; altura pé direito 4,00mt; estrutura em ferro 40x40 galvanizado e sistema elétrico instalado, para min 1(uma) lâmpadas e 2 (duas) tomadas; Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem. EMPE	5	DIA	716,25	3.581,25
20	29835705 17612	BANHEIROS QUIMICOS MODELO PNE, SENDO 3(três) FEMININOS E 3 (três) MASCULINOS (PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS). Em fibra de vidro ou polietileno com medidas mínimas de 2,40m de altura 1,60m de largura e 1,60m de comprimento contendo no mínimo, vaso sanitário, caixa de dejetos, mictório, supor-te para papel higiênico, identificação de masculino e feminino, piso antiderrapante, grades de ventilação de ar, luz interna, teto translucido para absorção de luz externa, trinco, porta com fechamento automático, piso rebaixado (sendo antiderrapante), corrimão interno e apoio. Deverá ser efetuada manutenção e limpeza permanente da equipe de apoio durante a realização do evento. Inclusos papéis higiênicos e produtos de limpeza, para uso durante todo os eventos. Incluídos no custo as despesas com transporte, instalação e retirada dos equipamentos, bem como assistência técnica durante toda a realização dos eventos. Com equipe de manutenção. Alimentação e hospedagem da equipe de manutenção será por conta da empresa. EMPE	5	DIA	2.529,83	12.649,15
21	29835706 17612	BANHEIROS QUÍMICOS PADRÃO 34 UNIDADES, SENDO 17 (dezessete) FEMININOS E 17 (dezessete) MASCULINOS. Em fibra de vidro ou polietileno com medidas mínimas de 2,40m de altura 1,60m de largura e 1,60m de comprimento contendo no mínimo, vaso sanitário, caixa de dejetos, mictório, suporte para papel higiênico, identificação de masculino e feminino, piso antiderrapante, grades de ventilação de ar, luz interna, teto translucido para absorção de luz externa, trinco, porta com fechamento automático, piso rebaixado (sendo antiderrapante), corrimão interno e apoio. Deverá ser efetuada a limpeza no máximo a cada 04 horas. Inclusos papéis higiênicos e produtos de	5	DIA	8.590,09	42.950,45

		limpeza, para uso durante todo os eventos. Incluídos no custo as despesas com transporte, instalação e retirada dos equipamentos, bem como assistência técnica durante toda a realização dos eventos. Com equipe de manutenção. Alimentação e hospedagem da equipe de manutenção será por conta da empresa. EMPE				
22	29835707 22888	500M LINEARES DE FECHAMENTO EM ESTRUTUTURA METALICA TIPO METALÃO, incluindo todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários. Serviço de locação, montagem, manutenção e desmontagem de 500M de fechamento provisório composto por chapas galvanizadas fixadas em estrutura metálica do tipo metalão, incluindo todo o fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra especializada, transporte e logística necessários para a execução completa. As chapas galvanizadas devem ter espessura mínima compatível com uso em áreas externas, apresentando resistência às intempéries, proteção contra corrosão e acabamento uniforme, sem arestas cortantes expostas. A altura do fechamento deverá ser de, no mínimo, 2 metros, com montagem modular que permita adaptação ao espaço disponível. Estão incluídas todas as etapas do serviço, desde o transporte até a desmontagem e retirada ao término do uso, bem como eventuais manutenções durante o período contratado. A instalação deverá seguir as normas de segurança vigentes, garantindo a estabilidade da estrutura e a integridade física dos usuários e do público. A unidade de medida será o metro, totalizando 500m², com montagem nos locais e prazos determinados previamente pela Administração Pública contratante. EMPE	5	DIA	3.172,60	15.863,00
23	29835708 2224	400M DE TRELIÇA Q30 c/ pés e cubos. 400M DE TRELIÇA Q30 c/ pés e cubos. Serviço de locação, montagem, manutenção e desmontagem de 400m² de estrutura metálica do tipo treliça, incluindo todo o fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários para a completa execução. A estrutura deverá ser composta por perfis metálicos treliçados em alumínio ou aço galvanizado, com resistência compatível à sua aplicação, dimensionados para suportar carga e garantir a estabilidade do conjunto. A montagem deverá seguir padrões técnicos de segurança, com travamentos, contraventamentos e fixações que assegurem rigidez e resistência ao vento, bem como perfeita ancoragem ao solo ou superfície de apoio. A altura e a forma de aplicação da estrutura (horizontal ou vertical) serão determinadas conforme a necessidade do evento ou atividade, previamente definida pela Administração. A contratada será responsável por todo o transporte, carga, descarga, montagem, manutenção preventiva e corretiva, desmontagem e retirada dos materiais ao final do uso. Toda a execução deverá atender às normas técnicas	5	DIA	2.666,00	13.330,00

		de segurança vigentes, garantindo a integridade dos usuários e do público em geral. EMPE				
24	29835709 13099	LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COMPLETO PARA EVENTO (RÁDIO FEIRA) Serviço de locação de sistema completo de sonorização para cobertura de evento em área interna e externa, incluindo todos os equipamentos, acessórios, serviços de instalação, operação técnica e suporte durante a realização da feira. O sistema deverá compreender, no mínimo, 80 caixas de som de 12" e 8" com driver TI, adequadas para instalação externa e interna, com transformador de linha; 1 monitor de retorno de som; 3 amplificadores de potência compatíveis com a demanda do sistema; 1 equalizador gráfico de 2 bandas com 31 vias; 4 microfones com e sem fio; 1 aparelho multimídia com capacidade para reprodução de diversos formatos de áudio. Estão incluídos todos os fios e cabos necessários à completa instalação dos equipamentos. A contratada será responsável pela montagem, desmontagem e manutenção dos equipamentos durante o período do evento, bem como pela disponibilização de técnico de som qualificado durante todo o funcionamento do sistema. Também está incluída a emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) referente ao serviço de sonorização, conforme exigência técnica e legal aplicável. EMPE	5	DIA	2.774,44	13.872,20
TOTAL						704.482,80

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s). a presente Contratação não abrirá a possibilidade de adesão pelos motivos contantes no item 20 do ETP (Estudo Técnico Preliminar).

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de até **1 (um) ano**, contados do(a) publicação no PNCP, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, pois se trata de realização via recursos do governo do estado, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.
- 4.2. Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;
- 4.3. Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Lei nº12.305/2010);
- 4.4. Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei nº12.305/2010);
- 4.5. Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;
- 4.6. Opção gradativa por produtos mais sustentáveis, com estabelecimento de metas crescentes de aquisição, observando-se a viabilidade econômica e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade;
- 4.7. Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;
- 4.8. Observância às normas técnicas, elaboradas pela ABNT, para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados; e
- 4.9. Conformidade dos produtos, insumos e serviços com os regulamentos técnicos pertinentes em vigor expedidos pelo Conmetro/Inmetro de forma a assegurar aspectos relativos à saúde, à segurança, ao meio ambiente ou à proteção do consumidor e da concorrência justa (Lei nº9.933/1999).
- 4.10. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 4.11. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Indicação de marcas ou modelos

- 4.12. Não se aplica a essa contratação a indicação de marcas ou modelos.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

- 4.13. Não há marcas ou produtos vedados para a contratação.

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.14. A presente contratação não permitirá ou exigirá carta de solidariedade.

Subcontratação

- 4.15. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.16. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.17. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **08h00m** horas às **17h00m** horas, com intervalo de almoço das **12h00m** às **13h30m**.

4.18. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.19. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.20. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.21. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Margem de Preferência

4.22. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **adicional** de 10%, prevista no Decreto Municipal nº 21.231/2024.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- a) Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço.
- b) Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- c) Cronograma de realização dos serviços:
 - **31/10 a 01/11/2025:** Reunião inicial de alinhamento com a contratante para definição de layout final, pontos de energia, logística e acessos.
 - **01 a 03/11/2025:** Elaboração e/ou ajustes dos projetos executivos (plantas, memoriais e layouts finais) e envio para validação.
 - **02 a 05/11/2025:** Mobilização da equipe técnica e transporte de materiais, incluindo eventuais fretes e armazenagem preliminar.
 - **05 a 08/11/2025:** Montagem da estrutura principal (tendas, estandes, pisos e cobertura).
 - **08 a 09/11/2025:** Instalações complementares (elétrica, iluminação, sonorização, comunicação visual e mobiliário) e testes iniciais.
 - **09 a 10/11/2025:** Realização de acabamentos, ajustes finais e limpeza geral.
 - **Até 11/11/2025:** Entrega definitiva da estrutura montada, garantindo a disponibilidade com antecedência mínima de 15 dias antes da abertura. **12 a 25/11/2025:** Período de reserva técnica e testes finais, para eventuais ajustes sob supervisão da contratante.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: R. Jorge Amado - Jardim Marcante, Dois Vizinhos - PR, 85660-000;

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: Todos os dias até a entrega geral, no mínimo das **08h00m** horas às **17h00m** horas, com intervalo de almoço das **12h00m** às **13h30m**.

Rotinas a serem cumpridas

d) A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- Cumprimento integral do **cronograma de execução** descrito no item anterior, com prazos e etapas definidos em comum acordo com a fiscalização.
- Atendimento às **orientações da fiscalização do contrato**, bem como às determinações formais emitidas pela Secretaria demandante.
- Observância das normas de **segurança do trabalho**, especialmente no que se refere ao uso de EPIs, montagem e desmontagem de estruturas temporárias.
- Manutenção de equipe técnica qualificada e de um **responsável técnico presente no local** durante as etapas de montagem e testes.
- Garantia de que os materiais e equipamentos utilizados estejam em **perfeito estado de conservação** e em conformidade com as especificações contratuais.
- Comunicação imediata à Administração sobre quaisquer **ocorrências, imprevistos ou necessidade de ajustes** que possam impactar o cronograma ou a qualidade do serviço.
- Cumprimento da legislação vigente, em especial a **Lei nº 14.133/2021**, bem como demais normas municipais aplicáveis.

Para os itens 20 e 21:

Plano de higienização e manutenção, informando a frequência mínima de limpeza, reposição de insumos (papel higiênico, desinfetante etc.) e equipe responsável.

Plano de execução contendo: Cronograma detalhado de montagem e desmontagem; Descrição da equipe técnica que atuará durante o evento, indicando funções e qualificações.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- **Período do evento:** de 26 a 30 de novembro de 2025, no Parque de Exposições de Dois Vizinhos, localizado na R. Jorge Amado – Jardim Marcante, Dois Vizinhos – PR, 85660-000.
- **Prazo para entrega completa da estrutura:** até 11/11/2025, garantindo antecedência mínima de 15 dias para ajustes internos.
- **Previsão de assinatura do contrato:** até 30/10/2025, o que reduz o prazo de mobilização e montagem para cerca de 11 dias corridos.
- **Condições de execução:** a empresa contratada deverá realizar transporte, montagem, operação (quando aplicável), manutenção e desmontagem, deixando o local em perfeito estado ao final do evento.
- **Normas e segurança:** todos os serviços devem observar as normas de segurança vigentes (NRs aplicáveis), apresentar ART quando exigido (ex.: sonorização), e suportar as condições climáticas típicas do período.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução do objeto.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

- a) coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- e) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- f) elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- g) enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- h) receber e dar encaminhamento imediato:

.1.h.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

.1.h.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

- i) não produziu os resultados acordados,
- j) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- k) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 30 (trinta) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de execução do objeto.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

- l) o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

m) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

n) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

o) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

p) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

q) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;

- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- r) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- s) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

- t) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.36. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, sendo 10/10/2025.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Cessão de Crédito

7.43. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

a) A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

b) Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

c) O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

d) A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.44. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- u) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- v) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- w) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- x) Multa:

.1.x.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero vírgula por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

.1.x.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

.1.x.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

.1.x.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação.

.1.x.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

.1.x.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

.1.x.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

.1.x.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

y) Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

z) Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

aa) a natureza e a gravidade da infração cometida;

bb) as peculiaridades do caso concreto;

cc) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

dd) os danos que dela provierem para o Contratante; e

ee) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

ff) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

a) Valores unitários: conforme planilha de composição de preços na tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez

Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente**.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33. **Atestados de capacidade técnica**, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução anterior, de forma satisfatória, de serviços de natureza e porte compatíveis com os previstos neste edital, abrangendo, no mínimo:

Montagem de estruturas temporárias de grande porte, tais como pavilhões metálicos, tendas piramidais de grandes dimensões, estandes de exposição e pisos tipo deck, itens 1, 2, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23 e 24;

Serviços de sonorização e iluminação profissional para eventos de grande público, incluindo operação durante o evento, item 1, 2, 3, 23 e 24;

Montagem de stands e fornecimento de mobiliário em feiras ou eventos de porte similar para os itens 1, 11, 12 e 13.

9.34. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agricultura), em plena validade para os itens acima:

Indicação de profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho de classe competente (ex.: CREA ou CAU, conforme o escopo), com apresentação da **ART – Anotação de Responsabilidade Técnica** ou RRT, quando aplicável, para os serviços de montagem de estruturas metálicas, elétricas.

9.35. Normas da ABNT aplicáveis para todos os itens, exceto 3, 5, 6, 7, 20, 21 (NBR 15575 para estruturas temporárias, NBR 5410 para instalações elétricas), e Normas de segurança do trabalho (NR-10- instalações e serviços com eletricidade, NR35 -estabelece os requisitos mínimos de segurança e as medidas de proteção para o trabalho em altura e alguns NR33 – mínimos para o trabalho em espaços confinados. A comprovação é suprida com a apresentação de atestado de capacitação nas normas exigidas, e ou planos de gerenciamento de riscos.

9.36. Para os itens 20 e 21 será exigido **Licença ou Alvará de Funcionamento** emitido pelo órgão municipal ou estadual competente, que autorize a empresa a exercer atividades de locação e manutenção de banheiros químicos.

9.37. Para os itens 20 e 21 será exigido **Autorização/Certificado de Cadastro junto ao órgão ambiental ou vigilância sanitária** local, quando exigido pela legislação municipal/estadual, para transporte, coleta e destinação de dejetos;

9.38. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.39. **Qualificação Técnico-Operacional**

9.40. Para os itens que não incluem estrutura, sendo, portanto: banheiros, cadeiras e mesas a Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.41. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.42. contrato(s) ou documentos de igual peso jurídico que comprove(m) a experiência mínima do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.43. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.44. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.45. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.46. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.47. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.48. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.49. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.50. Para o (Engenheiro ou Arquiteto) com certificação no CREA/CAU: serviços de: estruturas metálicas e elétricas, estruturas de sonorização, aplicáveis para todos os itens, exceto 3, 5, 6, 7, 20, 21.

O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.51. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.52. Documento que comprove o vínculo entre o profissional indicado e a empresa, seja por meio de contrato, carteira de trabalho assinada, ou documento de igual peso habilitatório.

9.53. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.54. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.55. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.56. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.57. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.58. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.59. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

gg) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na

localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

hh) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

ii) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

jj) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

kk) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

ll) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

.1.II.1. ata de fundação;

.1.II.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

.1.II.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

.1.II.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

.1.II.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

.1.II.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

.1.II.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

mm) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

nn) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

oo) serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

pp) poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Órgão: 04 SEC DE DESENV ECONÔMICO, CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E DE TURISMO;

II) Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS;

III) Projeto ou Atividade: 23.334.0004.2011 PARQUE DE EXPOSIÇÕES;

IV) Conta de despesa: 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; e

V) Fonte de Recurso: 00970 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres) e recursos provenientes do governo do estado.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 10 de outubro de 2025.

LEONARDO FELIPE BRUNETTO WILAMOWSKI
Diretor do Departamento de Comunicação Social e Marketing
Responsável pela Elaboração
Matrícula Funcional 20428-1

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato
(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

12.2. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

12.3. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

13. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

14. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. São obrigações do Contratante:

3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
4. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
5. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
6. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
7. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
9. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
10. Cientificar o órgão de representação judicial do município de Dois Vizinhos para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

15. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

16. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

17. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

18. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

14.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

15.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

19. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

20. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

21. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

22. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

23. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

25. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

26. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
27. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
28. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
29. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
30. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
31. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
32. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.
33. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
34. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
35. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
36. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
37. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
38. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
39. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

40. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
41. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
42. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
43. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
44. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
45. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
46. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
47. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá ou identificador visível (uniforme).
48. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
49. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
50. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
51. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
52. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
53. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
54. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
55. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
56. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
57. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
58. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

59. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

60. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

61. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

62. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto a execução do serviço.

63. Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no edital e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral do contratado pelos riscos associados ao projeto básico.

16. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

- 16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 16.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 16.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 16.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 16.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
64. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 16.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 16.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 17.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 17.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
65. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
66. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 17.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
67. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

68. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

69. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

70. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

71. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

72. Indenizações e multas.

17.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

17.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. ALTERAÇÕES

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

19.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

19.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. FORO

20.1. Fica definido o Foro da Justiça do município de Dois Vizinhos, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Dois Vizinhos - PR, de de 2025.

(Nome e Cargo do Representante legal)